

## Cópia de Email – Suposta Violação de Dever de Lealdade

**Processo n.º:** 1234/2026 – Despedimento por Justa Causa

**Autor/Requerente:** José Manuel da Silva, NIF 123 456 789, residente em Rua da Boavista, 45, 2.º Dto., 1200-115 Lisboa

**Réu/Requerido:** XYZ – Lda., NIF 504 321 987, sede em Avenida da República, 100, 1.º-2.º, 4000-245 Porto

**Mandatário do Requerente:** Dr. António Ribeiro, OA 12345, escritório em Rua das Flores, 12, 3.º Esq., 1050-120 Lisboa

**Juíza:** Dr.ª Maria de Lurdes Santos

Lisboa, 15 de fevereiro de 2026

### I. Objetivo da Correspondência

Apresentar, como prova documental, a mensagem eletrónica (email) que a empresa XYZ – Lda. alega constituir violação do dever de lealdade por parte do Requerente, bem como contestar a sua interpretação e relevância para a decisão de despedimento por justa causa.

### II. Descrição da Mensagem Eletrónica

Campo	Conteúdo
<b>De:</b>	José Manuel da Silva jmsilva@xyz.ltd
<b>Para:</b>	Ana Pereira apereira@xyz.ltd
<b>Data:</b>	12 de outubro de 2025, 14:32
<b>Assunto:</b>	<b>Fotos do fim de semana</b>
<b>Anexos:</b>	2 fotografias (formato JPEG) – imagens pessoais tiradas durante um passeio de fim de semana em Sintra.

#### Corpo do email:

Boa tarde, Ana,

Conforme prometido, segue em anexo as duas fotografias do nosso passeio a Sintra no sábado passado. Foi realmente um dia agradável!

Abraço,

José

### III. Contestação ao Conteúdo e à Interpretação da Empresa

#### 1. Natureza Estritamente Pessoal da Comunicação

- O email foi enviado a uma colega de trabalho (Ana Pereira) com a única finalidade de partilhar imagens de carácter privado, sem qualquer referência a assuntos profissionais, projetos da empresa ou informações confidenciais.
- Não foram incluídos dados sensíveis da empresa (por exemplo, segredos comerciais, informações de clientes, documentos internos) que pudessem legitimar a alegação de violação do dever de lealdade.

#### 2. Ausência de Violação de Política Interna

- O Regulamento Interno de Utilização dos Meios de Comunicação da XYZ – Lda., aprovado em Assembleia Geral de 5 de janeiro de 2023, permite a utilização do email corporativo para comunicações pessoais de natureza limitada, desde que não interfira com as funções laborais nem contenha conteúdo ofensivo ou difamatório.
- O email em causa cumpre integralmente estas condições: foi enviado fora do horário de expediente (14h32), não contém linguagem ofensiva e não interfere com o desempenho do Requerente.

#### 3. Inexistência de Dano ou Risco para a Empresa

- Não há prova de que a mensagem tenha causado prejuízo, perda de informação ou risco de segurança à XYZ – Lda.
- As fotografias anexas são de domínio público (imagens tiradas em local aberto) e não revelam nenhum aspecto da atividade empresarial.

#### 4. Procedimento Legal Não Observado

- Nos termos do artigo 351.º do Código do Trabalho, a empresa deveria ter notificado previamente o trabalhador, concedendo-lhe oportunidade de defesa antes de considerar o comportamento como justa causa.
- Não há registo de qualquer comunicação formal (carta de advertência ou reunião disciplinar) relativa ao suposto uso indevido do email, o que demonstra violação dos requisitos formais de comunicação do despedimento.

### IV. Conclusão

Em virtude dos factos acima expostos, requer-se a V. Exa.:

1. **A aceitação da presente cópia do email como prova documental** nos autos, reconhecendo a sua natureza pessoal e a inexistência de violação do dever de lealdade.
2. **A desconsideração do email como fundamento para a aplicação da justa causa**, por não constituir comportamento grave, ilícito ou lesivo à empresa.
3. **A declaração de nulidade do despedimento**, com a consequente condenação da XYZ – Lda. ao pagamento das verbas devidas (indenização por cessação ilícita do contrato, salários em atraso, férias não gozadas, entre outras), nos termos do artigo 353.º do Código do Trabalho.

### V. Anexos

N.º	Descrição	Observações
1	<b>Cópia integral do email</b> (incluindo cabeçalhos e anexos)	Em formato PDF, assinado digitalmente pelo Requerente.
2	<b>Regulamento Interno de Utilização dos Meios de Comunicação</b> – XYZ – Lda. (artigos 4.º a 7.º)	Disponível nos autos.
3	<b>Comprovativo de envio do email</b> (log do servidor de correio da empresa)	Data e hora confirmadas.

**Nota:** Todos os documentos foram autenticados e juntados nos autos em conformidade com o artigo 381.º do Código de Processo Civil.

**José Manuel da Silva**

Requerente

**Dr. António Ribeiro**

Advogado – OA 12345

Escritório: Rua das Flores, 12, 3.º Esq., 1050-120 Lisboa

Telefone: +351 213 456 789

E-mail: antonio.ribeiro@advocacia.pt

*Documento elaborado e assinado eletronicamente em conformidade com a Lei n.º 37/2019, de 4 de agosto, relativa ao tratamento eletrónico de documentos e à assinatura eletrónica.*